

**REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº , DE 2021**

(Do Sr. Deputado Leo de Brito)

Solicita informações ao Ministério da Economia sobre emendas secretas de Bolsonaro que totalizam R\$ 3 bilhões e foram comparadas aos escândalos como os do “mensalão” e “Anões do Orçamento”.

Requeiro a Vossa Excelência com base no art. 50, § 2º, da Constituição Federal e arts. 115 e 116 no Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD), sejam solicitadas informações ao Ministério da Economia sobre as emendas secretas de Bolsonaro que totalizam R\$ 3 bilhões e foram comparadas aos escândalos como os do “mensalão” e “Anões do Orçamento”.

**JUSTIFICAÇÃO**

Em 09 de maio de 2021, o Jornal Estadão<sup>1</sup> revelou na edição deste domingo um esquema de compra de apoio parlamentar por meio de um novo tipo de emenda de relator-geral do orçamento, a chamada RP9. Do total de repasses previstos, R\$ 271,8 milhões foram destinados à aquisição de máquinas pesadas por preços até 259% acima dos valores da tabela de referência do governo válida para 2021. O esquema ficou conhecido como “tratoração”.

O jornal noticiou que parlamentares e especialistas em orçamento público avaliaram como “gravíssimo” e comparável a escândalos como os do “mensalão” e “Anões do Orçamento” o esquema montado pelo presidente Jair Bolsonaro para aumentar sua base de apoio no Congresso utilizando um

---

1



orçamento paralelo de R\$ 3 bilhões, operado de forma sigilosa até mesmo dos órgãos de controle. Parlamentares da oposição vão pedir que Ministério Público Federal e Tribunal de Contas da União investiguem o caso.

Segundo o economista Gil Castelo Branco, da ONG Contas Abertas, “essa situação vai além das emendas. Nas emendas, o valor é igual para todos e o pagamento é obrigatório. Mas no ‘tratoração’ (*como o esquema passou a ser chamado por envolver compra de tratores com preços acima da tabela de referência do Executivo*), o governo abriu para alguns parlamentares do seu interesse a possibilidade de indicar onde desejariam alocar recursos (*além das emendas tradicionais*)”

Para a professora Élide Graziane Pinto, procuradora do Ministério Público de Contas do Estado de São Paulo, o “drible” para turbinar os recursos de emendas parlamentares remonta ao escândalo dos Anões do Orçamento. No início dos anos 1990, o esquema culminou na instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito e resultou no afastamento de seis congressistas. Outros quatro renunciaram ao mandato antes da conclusão das investigações.

O caso conhecido como “Anões do Orçamento” teve esse nome devido ao envolvimento de parlamentares de menor notoriedade à época. Segundo documentos históricos da Câmara, as emendas de relator do Orçamento tiveram um papel central no esquema dos anos 90. Elas eram conhecidas poucos instantes antes da votação e eram usadas para turbinar os recursos das emendas.

Segundo o jornal<sup>2</sup> “o esquema de um orçamento secreto montado pelo presidente Jair Bolsonaro para garantir apoio no Congresso atropela a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e posições assumidas por ele na campanha e já no exercício do mandato. Na liberação sigilosa de R\$ 3 bilhões para serviços de obras e compras de tratores e máquinas agrícolas indicados por

<sup>2</sup> <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,tratoraco-atropelou-leis-orcamentarias-e-veto-de-bolsonaro,70003709466>



um grupo escolhido a dedo de deputados e senadores, no final ano passado, o governo atropelou ao menos três exigências da legislação.

No que tange à LDO de 2020, as autorizações de repasses de recursos do Ministério do Desenvolvimento Regional deixaram de estabelecer critérios para definição das localidades beneficiadas e não apresentaram indicadores socioeconômicos ao distribuir os recursos. Além disso, não priorizaram a continuidade de obras iniciadas.

Ante o exposto, tendo em vista a gravidade da situação com os gastos públicos, faz-se necessário a busca de informações do Ministério da Economia sobre o seguinte: (i) qual o motivo para a criação de um novo tipo de emenda orçamentária denominada RP9? (ii) por quais razões esses recursos não estão previstos para todos os parlamentares, assim como as emendas individuais em geral? (iii) qual o motivo/necessidade para compra de máquinas por preços até 259% acima dos valores da tabela de referência do governo válida para 2021?

Plenário, 10 de maio de 2021.

---

**Dep. Leo de Brito**  
**PT/AC**

